

NUNES, Rogério Marques. Cooperação Brasil-Angola. **Revista Militar**, Lisboa, Portugal, n. 2566, p. 891-907, nov. 2015. Disponível em: <www.revistamilitar.pt/artigo/1063>. Acesso em 20 Jan 17.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, 2000, v. 43, n. 1, p. 5-23, 10 Maio 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a01.pdf>. Acesso em 14 Out 16.

ROLDÁN, Félix Sanz. *La diplomacia de defensa: una aproximación desde España*. **Arbor CLXV**, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Mar 2000. Disponível em: <http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/982/989>. Acesso em 10 Jan 17.

SEGIB. **Carta cultural iberoamericana**. 2006. Disponível em: <http://segib.org/wp-content/uploads/Carta-cultural-iberoamericana.pdf>. Acesso em 18 Out 16.

_____. *Cumbres Iberoamericanas de Jefes de Estado y de Gobierno. Declaración de Guadalajara, México*. 1991. Disponível em: <http://segib.org/wp-content/uploads/Primera-Cumbre-Iberoamericana-de-Jefes-de-Estado-y-de-Gobierno.pdf>. Acesso em 10 Out 16.

SOUSA, Fernando de. **Dicionário de Relações Internacionais**. Porto: Edições Afrontamento. 2005. Disponível em: <https://politica210.files.wordpress.com/2015/05/dicionario-das-relac3a7oes-internacionais.pdf>. Acesso em 20 Out 2016.

VELOSO, Javier Álvarez. *Componente educativo en el estamento militar*. In: *La evolución de la Seguridad y Defensa en la Comunidad Iberoamericana. Monografías del CESEDEN*. Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional. Madri: CESEDEN: Imprenta Ministerio de Defensa, 2008. p. 107-149.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulados

¹ Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3678-conferencia-ibero-americana>. Acesso em 30 Set 16.

² Segundo o Dicionário de Relações Internacionais, em um sistema multipolar, as dinâmicas de aliança são intrinsecamente mais fluidas e poderá haver maior incerteza e menor previsibilidade quanto a alterações de política externa e de alianças. Os Estados poderão envolver-se em hostilidades, no apoio dos seus aliados ou manter-se afastados na expectativa de que os outros não o façam (SOUSA, 2005, pág. 11-12).

³ Declaração de Guadalajara de 19 de julho de 1991.

⁴ Mais informações disponíveis em: www.fundacioncarolina.es/.

⁵ Disponível em www.defensa.gob.es/ceseden/.

⁶ Os Oficiais exercem a função de instrutor, respectivamente nos Departamentos de Cultura e Diplomacia de Defesa e no Departamento de Estratégia.

O comando do marquês de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança

Da “guerra gaúcha” à “guerra estratégica”, mudança de paradigma

Edgley Pereira de Paula*

Introdução

O século XIX é um interessante observatório para se pensar a “Arte da Guerra” nos países da América do Sul, pois será a partir do início desse século que os países, antigas colônias europeias, irão se desvencilhar das amarras metropolitanas e iniciar um processo de construção dos seus projetos de estados nacionais.

Algumas das mais importantes questões que esses jovens estados terão que enfrentar são a busca por definições de fronteiras e a formação de um exército e de uma armada nacionais capazes de garantir os interesses, muitas vezes conflitantes, dessas novas nações.

Acreditamos que nenhum outro objeto ou campo de pesquisa é tão intrínseco à História Militar quanto o estudo das transformações que o modo de pensar e fazer a guerra sofreu em diferentes sociedades e tempos da história. É nesse contexto que procuraremos delimitar como se processava

o modo de fazer a guerra nesse período e como esse modus operandi mudará quando for posto em prática durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870). Como bem salienta Nelson Werneck Sodré (1968),

Contra o profundo e sólido sistema fortificado que López levantara nas barrancas do Paraguai, já não era suficiente, na sua bravura insofrida, a tropilha gaúcha. Ela poderia, como aconteceu, continuar a ser instrumento importante, mas, instrumento auxiliar (...).¹

Outros autores que trabalharam com o tema já sinalizaram que, durante o conflito, houve uma profunda mudança no modo de fazer a guerra. De fato, é comumente aceita essa tese.

Assim como Sodré (1968) evidencia a questão que a “tropilha gaúcha” não daria conta da campanha, muitos anos depois, quando o tema ganhou novo fôlego na historiografia brasileira, Ricardo Salles (1990),

* Cap QCO (Magistério, História; EsAEx/xx), graduado em História (UERJ/xx), pós-graduado em História Militar Brasileira (UNIRIO/xx), mestre em História Política (UERJ/xx), doutorando em História Contemporânea (Universidade de Coimbra/Portugal), pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em História Militar do Exército (CEPHiMEx). Atualmente, serve na Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX).

no seu livro *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*, comenta em passant a questão, quando identifica o “estilo paisano e gauchesco” de fazer a guerra vigente na região do Prata, assim como Vitor Izecksohn (1997), em *O cerne da discórdia – A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*, só para citar os autores que julgamos mais importantes e que perceberam essa questão, sem contudo, caracterizá-la ou mesmo evidenciá-la, como se pretende realizar no presente artigo.

Desenvolvimento

A conduta da guerra no início do século XIX

Analisando o caso específico do Brasil, tendo como corte temporal a independência política de Portugal, percebe-se que a primeira tentativa formal de organizar as forças militares imperiais foi o Decreto de 1º de dezembro de 1824, que dava nova estrutura ao Exército, dividindo-o em 1ª e 2ª Linhas, tão regular em sua força e numeração quanto as circunstâncias permitiam, pondo fim às formações irregulares vindas do tempo da colônia e do reino Brasil, Portugal e Algarves. Nessa estrutura, a 1ª Linha correspondia ao Exército propriamente dito, e a 2ª Linha, à milícia. O primeiro, que passou a ser chamado de “Tropa de Linha”, destinava-se a garantir a defesa do território nas fronteiras, enquanto as milícias estavam voltadas ao policiamento urbano.

Após a abdicação do Imperador, em 7 de abril de 1831, a grande preocupação das lideranças políticas que ascenderam ao poder era a de impedir a ação de setores

que pudessem tomar iniciativas de caráter restaurador. Urgia a adoção de medidas que desmantelassem as engrenagens políticas, burocráticas e principalmente centralizadas que, durante o Primeiro Reinado, estiveram a serviço de D. Pedro I e da corte do Rio de Janeiro.

O ambiente de tensão e discórdia reinante nos quartéis e a presença de soldados em motins, arruaças e tumultos forneceram às classes políticas a oportunidade de colocar o Exército ou Tropa de Linha em segundo plano, sob o pretexto da indisciplina que ela mesma fomentava, e criar, em 18 de agosto de 1831, a Guarda Nacional, que passaria a ser subordinada ao Ministério da Justiça.² À Guarda Nacional caberia

defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, manter a obediência às leis e a tranquilidade pública e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.³

Tão amplas atribuições correspondiam às aspirações dos grupos que ascenderam ao poder, de modo a confinar o Exército em fronteiras distantes e em guarnições da costa, afastando-o, portanto, dos centros de decisão política.

Servindo aos propósitos dos senhores e proprietários no exercício direto de sua autoridade provincial, a Guarda Nacional acabou representando a força do poder local e provincial, em detrimento da Corte do Rio de Janeiro. Na prática, o Exército de Linha do Império Brasileiro acabava atuando pontualmente em crises específicas, como, por exemplo, nas chamadas Rebeliões Regenciais (1835-1845),

muitas vezes em combinação com a própria Guarda Nacional. Logo, os efetivos dessa Tropa de Linha eram reduzidos, e seus oficiais, apesar das medidas legais da Reforma de meados do século XIX, ainda eram recrutados no seio da própria classe dominante, mais em função do nascimento do que da meritocrática.

Na Argentina e no Uruguai, a situação se afigurava quase a mesma. Carentes de uma estrutura bélica centralizada, suas forças militares estavam calcadas no poder de caudilhos locais e regionais.

Decerto, será na fronteira sul do Império, em especial na província do Rio Grande do Sul, que esse sistema descentralizado de se fazer a guerra tendo como base a Guarda Nacional se fará mais presente e com maior vitalidade.

Isso se deu porque efetivamente era conveniente não só para os estancieiros gaúchos e lideranças políticas locais, como para o Império. Na realidade, esses estancieiros eram verdadeiros “senhores da guerra”, que armavam seus peões e os transformavam em esquadrões de cavalaria a serviço de seus interesses particulares e do poder central, estabelecendo com a Corte do Rio de Janeiro, capital do Império, uma relação tênue de desconfianças e fidelidades que obrigava a mínima intervenção ou interferência do poder central nas questões político-partidárias locais.

Sobre essa relação centro-província, Izecksohn (1997) comenta que

A elite imperial mantinha distância da turbulenta conjuntura do Prata, buscando afastar-se da instabilidade política que marcava a evolução das repúblicas vizinhas. Ainda assim, a atitude do império para com seus vizinhos pautava-se pela formulação de políticas intervencionistas que visavam à defesa tanto dos interesses do governo central quanto dos **estancieiros gaúchos**.⁴ (grifo nosso)

Ora, desde a Independência, o Império herdou da Coroa portuguesa várias questões fronteiriças na região platina, e, para esses povos que viviam nessa região, a guerra fazia parte do seu cotidiano e de seu imaginário coletivo, tão comuns que eram os entrechoques de fronteira e entre os próprios estancieiros. Acrescentasse a esse ambiente corriqueiro de guerra a Rebelião Farroupilha (1835-1845),⁵ que, por mais de 10 anos, levou as pro-



Figura 1 – Óleo sobre tela de 1893 homenageia uma carga de cavalaria farroupilha. Fonte: acervo do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS)

víncias do Sul a uma guerra entre grupos locais que apoiavam ou eram contra o poder central do Império.

Em todos os conflitos anteriores em que o Império esteve envolvido na região platina, houve sempre uma presença marcante da Guarda Nacional nas operações militares. Como salientamos, os interesses gerais do Governo Imperial normalmente procuravam se adequar aos interesses dos estancieiros do Rio Grande do Sul em relação aos países limítrofes e vice-versa. Dessa forma, as forças empregadas provinham da própria organização militar local, apoiada na capacidade desses grandes proprietários gaúchos em manter um razoável poder de mobilização militar entre peões, parentela e apadrinhados.

Notadamente, o Império escorou-se, até ser deflagrada a Guerra do Paraguai, nessa força de caráter miliciano, provinda de uma sociedade na qual a militarização cumpria uma necessidade vital, permitindo que a organização e a conscrição militar funcionassem segundo um padrão ditado pelo clima de urgência das necessidades de uma frente permanente de guerra, num típico ambiente de fronteira.

Curiosamente, a região do Império em que mais acentuadamente se mostrava o desenvolvimento de vocações militares era justamente o Rio Grande do Sul, onde os laços com o poder central estavam, vez por outra, enfraquecidos, obedecendo a uma dinâmica própria entre aliados e inimigos partidários do Império. Essa situação singular demonstrava como a resolução das questões platinas entrelaçava-se com as lutas internas da política das províncias do Sul.

De peão de fazenda a combatente ginete de cavalaria

Os rio-grandenses estavam empenhados na defesa das fronteiras desde antes da independência e tinham composto o grosso das tropas que haviam empunhado armas pelo Império na Guerra da Cisplatina (1825-1828). A perda do território do atual Uruguai teve repercussões morais e econômicas na elite ligada às armas no Rio Grande do Sul. Durante a guerra, por conta do interesse do Império Brasileiro, no reinado de Dom Pedro I, o comando militar foi entregue a oficiais de fora da província, que desconheciam as peculiaridades que a geografia local impunha às artes bélicas.

O tipo de guerra travada em campo aberto com cavalaria ligeira era ignorado pelos comandantes nomeados pelo imperador, em geral treinados na Europa e acostumados aos cercos prolongados. A nomeação desses militares em detrimento dos comandantes locais criara um atrito entre o centro do Império, a Corte do Rio de Janeiro e a província periférica. Além disso, as pastagens perdidas para o território vizinho frustraram os planos econômicos da elite local.

Nesse contexto, queremos salientarmos que, por conta desse modo de vida peculiar “de fronteira”, formou-se no sul do Império uma sociedade com características e dinâmicas próprias. Uma destas características, se não a principal, é a formação de uma sociedade guerreira com uma relativa capacidade de mobilização militar.

Para se entender a facilidade que se tinha em transformar o peão da fazenda em um soldado, particularmente, de cavalaria,

deve-se entender o funcionamento das fazendas e estâncias criadoras de gado e produtoras de couro e charque à época de fins do século XVIII e início do XIX.

Essas estâncias, primeiramente denominadas “Chimarrãs”, nome derivado do gado chimarrão, nascido da reprodução selvagem dos rebanhos introduzidos na região, sobretudo pelos espanhóis, e fazendas de grande dimensão exigiam um tipo de trabalho e habilidade do peão muito típica de um ambiente selvagem de guerra, em especial da guerra praticada na região à época, baseada em choques rápidos de cavalaria, com relativo número de efetivo de combatentes e sem necessidade de qualquer apoio logístico. Vivia-se no campo, montado a cavalo e armado. Nas invernações, passava-se meses transportando gado e procurando melhores pastagens; nas sedes das fazendas, carneava-se e tirava-se do gado toda base da economia local.

De fato, o que nos interessa evidenciar neste trabalho é que, em todos os casos, surgiu uma ligação naturalmente necessária entre o estancieiro brasileiro, geralmente um oficial da Guarda Nacional, e seu congênere no Uruguai e na Argentina, um político caudilho local, com este peão/soldado. Era uma relação de fidelidade pessoal do peão com seu patrão e que mais tarde, no desenrolar da Guerra do Paraguai, provocaria inclusive casos de deserção em massa quando da morte do seu comandante/patrão no campo de batalha, evidenciando que esse soldado estaria ligado não à causa de um determinado estado nação e sim ao seu chefe local. Para ilustrar, José Bernardino Bormann (1897) comenta um caso em que o general

conde de Porto Alegre mandou prender um comandante de um corpo da Guarda Nacional, e todos os soldados do corpo desertaram e seguiram para o Uruguai. O mesmo Corpo, reintegrado mais tarde, conduziu-se com bravura no conflito.⁶

Sobre esse entendimento da guerra e do que seria a nação para esses soldados/peões é revelador. É o que nos conta Dionísio Cerqueira, jovem alferes do Exército Imperial, baiano, militar de carreira, frequentador dos bancos escolares da Corte do Rio de Janeiro, quando em 1865 travou os primeiros contatos com os contingentes do Rio Grande do Sul:

De vez em quando, ouvíamos clamar em tom de motejo aos camaradas do norte, quando as lufadas glaciais passavam gemendo: “Mandai, Mãe do Deus, mais alguns dias de Minuano para acabar com tudo que é baiano”. Baiano, para aquela gente simples e boa, era o brasileiro que não nascera na sua província. Para eles, o Brasil dividia-se em duas partes: uma, muito grande e de bons ginetes, a que davam o nome de Província; a outra — a Bahia — pequena, e de gente que não sabia montar a cavalo.⁷

Outra evidência de como essa relação entre as fazendas e estâncias platinas se articulava com o serviço militar e com a mobilização para a guerra, temos, no caso argentino, o seguinte decreto de 1815, que ditava:

Todo hombre de campo que no acredite tener propiedades legítimas o tierras de qué subsistir, será reputado sirviente, y obligado a llevar papeleta de conchabo de su patrón, visada cada tres meses por el juez de paz, so pena de declarársele vago y castigado con cinco años de servicio mi-

litar obrigatorio, o, si no sirviera para ese destino, con dos años de conchabo obligatorio a cargo de un patrón, la primera vez y de diez años la segunda, en caso de reincidencia.⁸

A típica guerra à gaúcha do início do conflito

Até meados do século XIX, o Brasil irá, por diversas vezes, intervir na região platina, seguindo duas orientações previamente estabelecidas pela diplomacia imperial: a livre navegação dos rios da região (estuário do Prata, Paraná e Paraguai) e a existência e integridade territorial do Paraguai e Uruguai em detrimento da hegemonia de Buenos Aires.

Nesse sentido, desde a perda da então Província Cisplatina (1828), forças militares brasileiras atuaram na região a mando do poder central da Corte do Rio de Janeiro, como no caso da deposição de Oribe, no Uruguai (1851), e de Rosas, na Argentina (1852), ou mesmo através da atuação dos próprios estancieiros gaúchos, muitos deles coronéis da Guarda Nacional, que, tendo seus interesses econômicos ou políticos contrariados, agiam nas regiões de fronteira tanto na parte uruguaia quanto nas províncias argentinas de Misiones, Corrientes e Entre Ríos.

Esse circular entre os países e províncias da região era facilitado também pelos aspectos físico-geográficos locais, tendo como paisagem natural a Campanha Gaúcha⁹ a dominar a maior parte da região.

A mobilização militar ocorrida nessas intervenções platinas por parte do Império já sinalizava um aumento considerável dos efetivos em combate — cerca de 25.000 ho-

mens da coligação do Império com o Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes, só para citar como exemplo a Batalha de Monte Caseros (1852). No entanto, dois importantes elementos da guerra à gaúcha ainda estavam presentes, mesmo nesse caso, de uma tropa de considerável efetivo: o apoio de alguma facção política local, o que facilitava toda a logística necessária à manutenção da tropa pronta para o combate, e o fator tempo, a outra característica que julgamos fundamental nesse tipo de clássica guerra limitada.¹⁰

De fato, até a guerra contra o Paraguai, os custos da mobilização foram comparativamente baixos, já que o Governo Imperial não carecia de uma liberação excessiva de recursos. Investiu-se basicamente em uma armada regionalmente poderosa como elemento de dissuasão.

A utilização da Guarda Nacional, que se confundia com a própria peonada armada das estâncias gaúchas, com seus patrões/coronéis, e de pequenos contingentes do Exército regular, em sua maioria artilheiros e infantes, foi suficiente para exercer a hegemonia imperial na região. Além disso, com a possibilidade de se contar com aliados nas elites platinas descontentes das regiões em que o Brasil intervinha, a obtenção de tropas e mantimentos tornava-se mais fácil, e as forças responsáveis pela retaguarda não eram comprometidas.

Nesse sentido, como principal administrador das atribuições coercitivas, o poder central da Corte do Rio de Janeiro convocava os estancieiros, através da Guarda Nacional, para auxiliar nas intervenções relativas à “pacificação do Prata”. Enquanto

se tratava de intervenções de curta duração, é certo que o Estado brasileiro pôde contar com o auxílio desses segmentos, já que os custos dessas mobilizações não ameaçavam nem prejudicavam o controle das atividades produtivas, em especial a base da economia escravocrata.

Assim, até a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a disposição para cooperar nas ações bélicas no Prata esteve sempre relacionada aos interesses dos estancieiros gaúchos, os quais, dotados de um grau mais elevado de autonomia quanto à tomada de decisões, viviam em atritos, principalmente na fronteira com o Uruguai. Por isso, é bastante simbólico o ato conhecido do estancieiro e coronel da Guarda Nacional Antonio de Souza Netto, que, no período das tensões pré-guerra em 1864, veste seu uniforme militar e vai à Corte do Rio de Janeiro em entrevista com o próprio imperador D. Pedro II, exigir a intervenção do Império no Uruguai em favor dos interesses dos súditos gaúchos, o que de fato, foi atendido.

Ao volvermos nosso olhar para o início do conflito da Guerra da Tríplice Aliança (1864/65), percebemos que o Paraguai conseguirá uma sequência de rápidas vitórias seguindo também os princípios desse modo de guerrear, que se baseava, entre outras características já apontadas, na utilização da surpresa, nas ações rápidas da cavalaria, no conhecimento do terreno e no aproveitamento do butim de guerra para alimentação e alojamento das tropas.

Isso se dará tanto no Teatro de Operações Norte, na invasão do Mato Grosso, quanto no Teatro de Operações Sul, na invasão da província argentina de Corrientes

e de algumas cidades fronteiriças do Rio Grande do Sul no Império.

Nesse contexto, cai sob controle paraguaio no ano de 1865 uma parte do sul da província brasileira do Mato Grosso e as vilas de São Borja, Itaqui e Uruguaiana na província do Rio Grande do Sul, além da província argentina de Corrientes.

Analisar essa primeira fase da guerra é perceber as ações pontuais de chefes militares locais, atuando de forma isolada e descoordenada com as forças de resistência dos países invadidos, Argentina e Brasil, apesar dos evidentes episódios de heroísmo relatados à posteridade, como nos casos do Forte de Coimbra e da Colônia Militar de Dourados, em Mato Grosso, ou mesmo da ação de Paunero e Manuel Lagraña na tentativa de recuperar Corrientes em poder dos paraguaios, entre outras tentativas conhecidas de barrar o avanço paraguaio.

O que não deixa de ser curioso é que, ainda nessa primeira fase de ofensiva paraguaia, um elemento alheio à guerra gaúcha entrará em cena e decidirá estrategicamente a guerra: a força naval; e a consequente supremacia dos rios, conquistada pela Armada Imperial após a vitória na Batalha Naval de Riachuelo, em 11 de junho de 1865.

Após a derrota de Riachuelo e a Rendição em Uruguaiana, em 16 de setembro de 1865, na qual o exército invasor comandado pelo tenente-coronel Antonio de La Cruz Estigarribia rende-se com mais de 5.000 soldados, inicia-se a fase da contraofensiva aliada.

No entanto, devemos salientar que, apesar do grande esforço e dos recursos empregados nessa fase da guerra, nunca vistos

até então na região, nota-se que os comandantes militares que irão dar continuidade às operações militares serão, em sua maioria, os mesmos chefes, patrões, estancieiros, caudilhos e coronéis da Guarda Nacional e generais em comissão (brigadeiros), inseridos na mesma ótica e ética da “guerra à gaúcha”.

Será nessa fase a corriqueira denúncia de ambos os lados da utilização da degola, tão comum à época e tão natural, à falta de um serviço eficiente de prisioneiros de guerra e de leis e regulamentos militares. Sobre a prática das degolas que ocorreram durante o conflito, cabe salientar que uma das hipóteses desse artigo é refletir sobre essa prática guerreira no contexto e como característica dessa "Guerra à Gaúcha", que, por sua vez, se modificou durante a Guerra da Tríplice Aliança, mais especificamente no comando de Caxias.

Nesse sentido, a "degola" que irá ser admitida ou tolerada, no início do conflito — mesmo que, na maioria das vezes, por orientais, argentinos e gaúchos brasileiros — passa depois a ser inclusive reprimida, apesar de, pontualmente, ainda existirem casos isolados na fase final da guerra, como o relatado por Francisco Doratioto na decapitação comandada pelo conde D'Eu do coronel paraguaio Caballero. Interessante perceber que, após o término do conflito, afastado o Exército profissional como



Figura 2 – Antonio de Souza Netto proclamando a República de Piratini no contexto da Revolta Farrroupilha

Fonte: óleo sobre tela de Antonio Parreiras (acervo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul)

Fotografia: acervo do jornal Correio do Povo (Porto Alegre-RS)



Figura 3 – General Antonio de Souza Netto com uniforme do Exército do Imperial

Fonte: óleo sobre tela de Azevedo Dutra (acervo do Museu Julio de Castilhos, Porto Alegre-RS)

Comentário do autor: Participou de toda a primeira fase da Guerra do Paraguai. Morto em decorrência de ferimentos na Batalha de Tuiuti (1866).

ator principal, essa prática irá se repetir nos conflitos vindouros da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895).

Para termos uma ideia do esforço que o Império dispendeu no período, é interessante verificar a **Tabela 1**, dos gastos do governo à época do conflito.

Período	Porcentagem de gastos
1863-1864	21,94%
1864-1865	32,79%
1865-1866	49,56%
1866-1867	45,06%
1867-1868	45,15%
1868-1869	41,89%
1869-1870	42,30%

Tabela 1 – Percentagem dos Gastos com o Ministério da Guerra nas Despesas Gerais do Império (1863-70)

Fonte: CARREIRA, 1980, p. 402-462

Com a formalização da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai), em 1º de maio de 1865, e com a contenção dos ataques paraguaios no Teatro de Operações Sul, visto que o teatro do Mato Grosso obedecia a uma outra dinâmica, iniciou-se a marcha rumo ao território paraguaio sentido Sul-Norte, facilitada pelo retraimento das tropas de Lopez para o interior de seu país.

A invasão do Paraguai propriamente dita iniciou-se no ano de 1866, tendo os Aliados subido o curso do rio Paraguai a partir do Passo da Pátria. A primeira posição a ser tomada foi o Forte de Itapiru. Após a ocupação do Passo da Pátria (23 de abril de 1866) e a Batalha de Estero Bellaco (2 de maio de 1866), as forças aliadas acamparam nos pântanos de Tuiuti, em 20 de maio de 1866, onde sofreram um ataque paraguaio quatro dias depois.

Analisar essas diferentes batalhas sob o enfoque que estamos procurando evidenciar no presente trabalho é observar como os elementos que caracterizam esse modo de fazer a guerra estavam evidentes nesses entreveros, tendo, no entanto, um elemento novo, que irá desestabilizar todo esse modelo vigente: o aumento considerável do efetivo em combate.

A falta de experiência de se organizar e de se colocar em marcha eficazmente um grande exército composto de três nações irá fazer com que epidemias, fome, falta de cavalos, de uniformes e calçados, entre outros problemas logísticos, sejam comuns na condução do conflito, pagando-se um alto preço em vidas por tais erros e condutas.

Ricardo Salles, ao comentar esse período da guerra, discorre que

Nos primeiros meses do conflito, o grosso do contingente era composto por gaúchos que formavam os corpos de cavalaria. O estilo caudilho de guerrear, que, aliás, já era uma marca do próprio comandante das tropas brasileiras, Osório, caracterizava-se pela improvisação no que diz respeito às provisões de guerra; vivia-se do terreno.¹¹

Desses ataques de cavalaria nessa fase, passarão para a história militar as famosas “cargas” da vanguarda do general Andrade Neves, barão do Triunfo, com sua *caballeria loca de cuenta* (“cavalaria louca varrida”, como era conhecida e temida pelos paraguaios). O que se percebe é que, ao adentrar em território paraguaio, essa grande massa de combatentes acabou tendo que enfrentar uma nova realidade da guerra nessa região: a terra arrasada, os entrenchamentos e a guerra de posição, pois, até então, os conflitos

tos no rio da Prata tinham sido de curta duração, com uso predominante de cavalaria e artilharia em batalhas campais decisivas.

A derrota de Curupaiti e a exaustão do modelo de guerra à gaúcha

Após a Batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866, muitos foram os críticos, à época, da inércia evidenciada pelas tropas aliadas pelo não prosseguimento em aproveitamento do êxito após a vitória, rumo ao Norte em direção a Curuzu e Curupaiti, o que possivelmente destruiria o restante do exército paraguaio em retirada.

Na verdade, não havia cavalos para realizar tal manobra, a linha de abastecimento estava em seu limite operacional, havia problemas com fornecedores de toda ordem, falta de pagamentos de soldos, divergências entre os chefes aliados, entre outras questões, o que demonstrava como a marcha até ali tinha sido realizada a duras penas.

De fato, até a região de Tuiuti, entre vitórias e derrotas, prosseguiu a marcha dos exércitos em sua direção geral, mas não no ritmo e velocidade que se esperava. Nas palavras do comandante em chefe do Exército Aliado, o presidente argentino Bartolomé Mitre: “em vinte e quatro horas, estaremos nos quartéis, em duas semanas, em Corrientes e, em três meses, em Assunção”.¹²

Desse modo, ao analisar a derrota do ataque aliado a Curupaiti, como ícone nesse conflito do fim do modelo de guerra que chamamos de “à gaúcha”, pontuaremos algumas características dessa batalha que se enquadram em nosso objeto. Vamos a elas:

- Antes do ataque propriamente dito,

os aliados aceitaram a conferência de Iataiti-Corá, proposta por Solano Lopez, típica reunião entre chefes caudilhos, em que se fizeram presentes o argentino Bartolomé Mitre, o uruguaio Venâncio Flores e o paraguaio Solano Lopez (os brasileiros não enviaram representante para reunião, dizendo-se desautorizados pelo imperador e pelo Tratado da Tríplice Aliança), o que, de fato, concedeu tempo às forças paraguaias para fortificarem ainda mais Curupaiti.

- Existência de sérias divergências entre os principais líderes e representantes do Exército Aliado: Mitre, Flores, Porto Alegre, Tamandaré e Polidoro. Interessante notar que além de gaúchos de nascimento, Porto Alegre e Tamandaré eram primos, ou seja, excetuando o general Polidoro Jordão, visconde de Santa Teresa, todos os outros poderiam ser enquadrados nessa perspectiva do pensamento de guerra à gaúcha na compreensão intelectual de se pensar a guerra.
- Desconhecimento do terreno.
- Não aproveitamento efetivo da armada no ataque principal, o que caracterizaria uma eficaz operação combinada.
- Realização de um ataque frontal a uma posição defensiva sem a utilização do flanqueamento ou envolvimento da mesma.

Cabe aqui uma citação extraída de *Maldita Guerra*, de Francisco Doratioto (2002), sobre o ataque a Curupaiti:

Segundo testemunho paraguaio, os aliados avançavam com vistosos uniformes e bandas de música, para cadenciar o avanço de infantaria; os oficiais montavam cavalos e, devido a seus “reluzentes uniformes de gala”, constituíram em alvos fáceis para os atiradores paraguaios. “Era impressionante vê-los avançar com muita galhardia, como se fossem para uma festa ou um desfile militar”, causando a impressão de estarem seguros da vitória.¹³

A chegada do marquês de Caxias — o rompimento de um paradigma

Se analisarmos todos os cinco anos do conflito, fica evidente que a derrota de Curupaiti pôs em cheque todo o desenvolvimento da guerra, desde seu comando, sua condução, até seus motivos e razões para a sua continuidade.

Diversos acontecimentos se precipitaram em decorrência desse momento: o comandante das forças uruguaias, o general Venâncio Flores, se retira da guerra, explodem rebeliões em várias províncias argentinas, forçando o comandante em chefe do Exército Aliado, o general Bartolomé Mitre, a também se retirar, com mais de 5.000 soldados argentinos, para tentar conter a guerra civil que se instalara em seu país, e, em 10 de outubro de 1866, o Império brasileiro nomeia o então marquês de Caxias como novo comandante das tropas brasileiras. Em 17 de novembro de 1866, Caxias chega ao Forte de Itapiru (Passo da Pátria) no Paraguai. O comandante da Esquadra Brasileira também é trocado: sai Tamandaré e assume o vice-almirante Joaquim José Ignácio, visconde de Inhaúma.

Deixemos o próprio Caxias contar

como encontrou o Exército em Campanha:

O 1º Corpo de Exército ocupava Tuiuti, e o 2º Corpo, Curuzú. Cavalos só cerca de 3.000 e em mau estado. A Cavalaria do 2º Corpo estava a pé. Não havia carros e bois de carretas para qualquer movimento. Os dois Corpos de Exército pareciam de países diferentes, tais as disparidades que apresentavam. Era preciso centralizar tudo. E isso demandava tempo... Cumpro o dever de lealdade declarando que, em todo este trabalho, sempre fui perfeita e completamente auxiliado pelo governo (Gabinete Liberal) de quem recebi as maiores provas de confiança que era possível receber. Assim correram as coisas nos primeiros 14 meses.¹⁴

De fato, evidencia-se que, nessa primeira fase do conflito, a organização militar ainda obedecia ao padrão precário das lutas dos estancieros e caudilhos do Sul. Entretanto, o contingente empregado era tão numeroso, que não se podia viver do terreno, isto é, do saque, em território de um aliado. Esses chefes militares, caudilhos e oficiais da Guarda Nacional com experiência de comando de tropas de pequenos efetivos ou de grupos e esquadrões de cavalarianos armados, viram-se às voltas com as complexidades logísticas de organização de um grande contingente militar, de questões sanitárias, confecção de mapas dos terrenos inexplorados, de comércio nos acampamentos, entre outras demandas, que uma guerra moderna para os padrões da época exigia.

Somente com a chegada do marquês de Caxias — o militar de maior prestígio no Império — ao teatro de operações em 1866 é que se passou a ter uma atenção sistemática para os aspectos organizacionais do exér-

cito em campanha, rompendo paradigma da época, inovando em táticas e estratégias militares, utilizando-se de experiências e tecnologias conhecidas das guerras mais recentes, como por exemplo, a Secessão Americana (1860-65) e a da Criméia (1853-56).

Procurando dar um panorama do que Caxias encontrou ao chegar no *front*, Izecksohn (1997) arremata:

O ano de 1867 se constituiu num momento extremamente difícil para a condução da guerra contra o Paraguai. As tropas que haviam empreendido a primeira etapa daquela campanha encontravam-se imobilizadas numa região pantanosa. Seus aliados argentinos, em sua quase totalidade, haviam-se retirado do teatro de operações em decorrência das revoltas então latentes nas províncias de Corrientes e La Rioja, transferindo toda a responsabilidade pelas ações em território inimigo às forças brasileiras, uma vez que tropas aliadas (Uruguaias), além de inexpressivas, haviam sido numericamente dizimadas na Batalha de Tuiuti (24/05/1866). O moral das tropas era baixo, e o descontentamento começava a ser refletir na imprensa da Corte, nos discursos dos parlamentares de oposição e na ameaça, sempre presente, de rompimento da Aliança.¹⁵

Curupaiti, como ponto de inflexão da guerra, influenciou inclusive no recrutamento de combatentes para o conflito. Se, no início da Guerra, coube à província do Rio Grande do Sul o maior número de combatentes, a partir de 1867, essa participação cairá bastante. Regiões mais distantes da área do conflito, como o Norte e o Nordeste, contribuíram durante os anos de 1867 e 1868 com a maior parte das tropas enviadas ao Paraguai. Províncias como Bahia,

Pernambuco e Minas Gerais recrutaram muito mais que aquelas normalmente acostumadas às convocações guerreiras, como o Rio Grande do Sul, atestando o desgaste proporcionado pela guerra e a consequente necessidade de se dar à campanha uma dimensão de esforço nacional.

Mas, será na parte da tática e da estratégia militar, do apoio logístico e do uso de novas tecnologias que o comando do marquês de Caxias romperá o impasse que se criou. Decerto, a guerra de posições, à base de trincheiras e melhoramentos do terreno, através da construção de pontos fortificados, foi a eficiente resposta que Solano Lopez deu à guerra à gaúcha dos primeiros anos do conflito.

No entanto, foram os flanqueamentos realizados pelas tropas aliadas, sob o comando de Caxias, que, em última análise, cortaram a rede de apoio logístico e de comunicações dos paraguaios, forçando Solano Lopez a várias batalhas, que sucessivamente foram destruindo o Exército Paraguaio; essa análise tanto vale para a ocupação da Fortaleza de Humaitá quanto para a linha fortificada de Piquissiri.

Francisco Doratioto, em um artigo na revista *Da Cultura*, bem observa essa questão, quando atesta que

A guerra de posições, de trincheiras, era uma realidade nova, pois, até então, como procuramos evidenciar, os conflitos no rio da Prata tinham sido de curta duração, com uso **predominante de cavalaria e artilharia em batalhas campais decisivas**.¹⁶ (grifo nosso)

Caxias percebeu que a derrota de Curupaiti, a longa duração da guerra e as condições climáticas e do terreno em que eram travados os combates comprometeram

diferentes aspectos do Exército no teatro de operações.

Reorganizou a tropa em novas brigadas e batalhões, recompondo-a em efetivos e armamento; treinou, mesmo sob fogo inimigo, civis recém-alistados bem como ex-escravos, libertos sob a condição de lutarem no Paraguai; disciplinou a tropa; comprou cavalos e animais de tração e melhorou as condições de higiene dos soldados, reduzindo a mortandade decorrente de doenças.

Realizou obras adicionais de defesa, transformando o acampamento de Tuiuti em verdadeira posição defensiva, criando sólida base, da qual poderia, mais tarde, promover ações ofensivas. Enquanto aguardava a chegada do reforço do 3º Corpo de Exército, que estava sendo organizado pelo general Osório, no Rio Grande do Sul, mapeou a região em volta de Tuiuti e identificou as posições inimigas.

Com essa finalidade, tomou a iniciativa pioneira, antes só promovida durante a Guerra Civil norte-americana, de utilizar dois balões cativos, apesar de o trabalho de observação ficar comprometido pelos nevoeiros e, ainda, pelas inúmeras fogueiras que os paraguaios faziam para dificultar a visão de suas posições.

Caxias também se preocupou com os serviços médicos e as condições de vida em Tuiuti. Ele cuidou seriamente da hospitalização, disponibilizando ambulâncias para socorrer os

feridos; forneceu à tropa vestuário apropriado ao clima paraguaio; melhorou a alimentação e as condições de higiene no acampamento. Na questão sanitária, a tropa brasileira que Caxias encontrou estava desfalcada pelos combates e doenças em 1/3 do efetivo com que contava ao transpor o rio Paraná, apesar dos reforços de recrutas que recebera nesse período.

Para cuidar de tantos soldados doentes, havia 11 hospitais brasileiros na região: dois no Uruguai, dois em Buenos Aires (esses quatro foram unificados por Caxias em um só, em Montevideu), três em Corrientes, um em Cerrito, um em Itapiru, outro no Passo da Pátria e um em Tuiuti.¹⁷

Ao assumir o comando em chefe, o marquês ficou impressionado com o número de militares enfermos e ordenou que uma comissão de saúde, comandada pelo coronel Pinheiro Guimarães, os inspecionasse; em 15

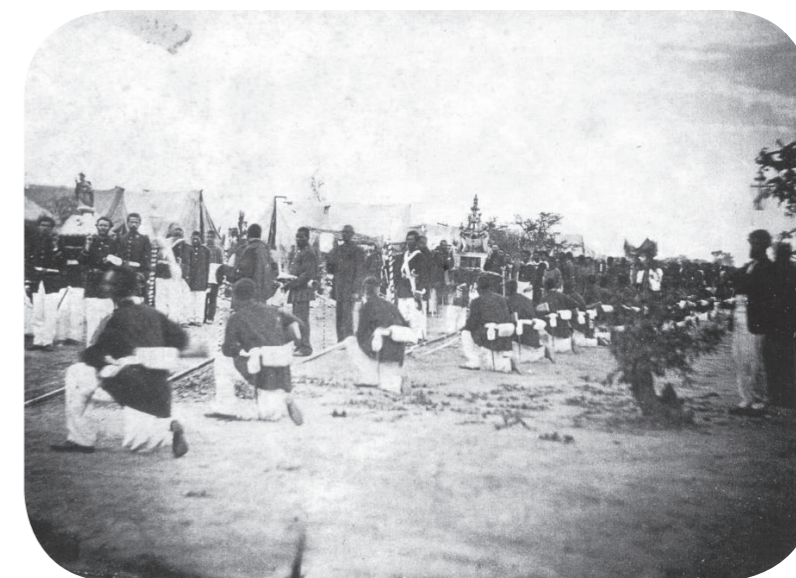


Figura 4 – Serviço religioso no acampamento brasileiro em Tahy
Fonte: Seção de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional
Comentário do autor: Procissão à Nossa Senhora da Conceição em maio de 1868, já no comando de Caxias.

dias, dois mil falsos doentes, aptos para o serviço militar, foram despachados para o acampamento em Tuiuti.

A organização proposta pelo novo comando centralizado brasileiro chegava aos detalhes. Quando o exército esteve acampado em Tuiuti, os “comerciantes” que o seguiam eram tão numerosos, que formavam uma pequena cidade. Caxias adotou algumas medidas para organizar a presença dos comerciantes nos acampamentos militares. Na Ordem do Dia de 26 de novembro de 1867, determinou que fosse criado um corpo com a denominação de Voluntários do Comércio. Essa tropa seria composta pelos comerciantes estabelecidos nos acampamentos, havendo um para cada quarteirão, diretamente subordinados ao inspetor de polícia do campo. Assim, os próprios comerciantes, acrescidos de todos os que seguiam o exército de campanha, ficavam encarregados de defender suas propriedades por ocasião dos combates.

No ano seguinte, em 1868, Caxias baixou novas instruções para ordenar a presença desse comércio. Os acampamentos militares e as unidades de marcha ficariam assim: primeiro, vinha um Corpo de Exército; em seguida, a Pagadoria e o Corpo de Transporte; depois vinha o segundo Corpo de Exército; seguiam-se as Bagagens; depois, o Transporte e o Forneamento; por fim, o Comércio.¹⁸

Foram 14 meses de reorganização, mas outro exército emergiu naquele conflito, feito nos campos de batalha do Paraguai. Sob o comando do marquês de Caxias, uma série de paradigmas e procedimentos, até então adotados comumente nas lutas platinas, vai cair em desuso nessa Campanha para, só a partir daí, o Exército Aliado marchar como um corpo organizado rumo a Assunção.

Conclusão

Como procuramos demonstrar, a organização militar dos primeiros contingentes enviados à guerra obedeceram ainda, em larga escala, aos padrões “caudilhescos” e improvisados que predominavam nos conflitos platinos anteriores à Guerra da Tríplice Aliança.¹⁹ Até então, eram guerras pontuais, que, por diversas vezes, foram decididas em uma batalha específica, na qual, após a vitória, o vencedor oferecia ao vencido as suas condições e exigências.

Um dado importante que procuramos evidenciar encontra-se no fato de que, nos primeiros anos do conflito, a maior parte do contingente era composta por gaúchos, que formavam os corpos de cavalaria. O estilo platino de guerrear, tendo como exemplo típico o primeiro comandante das tropas brasileiras, o general Osório, caracterizava-se pela improvisação no que diz respeito ao apoio logístico de guerra; vivia-se do terreno.

Não é à toa que, em Passo da Pátria, começo da invasão do território paraguaio, o grosso da cavalaria brasileira já não dispunha de cavalos. Isso também se refletia em toda rede de suprimento: tudo era novo, mais complexo e de grandes magnitudes, desde as distâncias geográficas aos contingentes mobilizados.

A Guerra do Paraguai, nesse sentido, trouxe consigo um elemento novo para a época: o desgaste pelo fator tempo. Quando a guerra chegou a um impasse após a derrota de Curupaiti, em 22 de setembro de 1866, ficou claro que a vitória sobre o inimigo requereria esforço concentrado e organizado, o que de fato só ocorreu a partir do comando do marquês de Caxias, em 1867, decorrido mais de um ano e meio de hostilidades.

Caxias teve de reorganizar o Exército Imperial e pôr fim, inclusive, às disputas políticas entre seus chefes, de modo a criar condições para vencer o conflito. Para isso, tornou mais eficientes as tropas brasileiras na guerra, fortaleceu a posição do Exército e ampliou sua autonomia em relação ao Governo brasileiro, de modo a ter agilidade de comando nas ações de combate.

Foi inclusive essa relativa autonomia que permitiu ao Exército construir, no período da guerra, uma identidade própria, dissociando-a, paulatinamente após o término do conflito, do Estado monárquico para associá-la ao conceito de Nação. Como bem observa Salles (1990),

a guerra do Paraguai — por sua magnitude e devido a opor estados nacionais centralizados e não forças regionais — colocou no centro dos acontecimentos um aparato militar do Império que até então desempenhara funções secundárias: o exército regular.

Foram dois anos de acampamento, amontoando milhares de seres humanos em uma faixa relativamente estreita de terreno, sob fogo de artilharia inimiga, enfrentando escaramuças e pequenos combates de reconhecimento, com alimentação deficiente, sob administração militar que se reinventava nesse novo tipo de guerra.

Ao estudarmos essa guerra, fica evidente que a campanha do Paraguai requereu um grande esforço por parte das autoridades brasileiras, ultrapassando inclusive as questões político-partidárias do Império. A manutenção da tropa e do equipamento exigiu uma completa mudança nos métodos de guerrear. Era necessário um cuidado com o abastecimento e com as questões logísticas como um todo. Pelas circunstâncias, o Estado Imperial e o Comando

do Exército viram-se obrigados a montar uma poderosa máquina administrativa para dar conta dessas novas missões.

Nessa perspectiva, o que se percebe é que, sendo a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870) um marco na formação dos estados nacionais que se envolveram no conflito, o comando do marquês de Caxias, por seu caráter inovador de fazer a guerra, é o ponto de inflexão fundamental para se entender o conflito como um todo e as inovações estratégicas, táticas e operacionais em particular. Dogmas sobre tática militar de época, como aqueles que diziam que as montanhas e os pântanos eram terrenos intransponíveis, são rompidos de uma forma até então original.

Notadamente, a presença de Caxias no comando das Forças Brasileiras na Guerra do Paraguai normalmente é associada aos movimentos estratégicos e aos grandes combates de dezembro de 1868, na chamada “Dezembrada”. Essas ações, porém, foram viabilizadas graças à sua atuação como organizador e disciplinador da tropa nos críticos anos de 1866 e 1867.

É perceptível, nesse contexto, que as guerras “limitadas” platinas não puderam dar conta dessa nova complexidade, que o conflito com o Paraguai trouxe consigo.

Foi preciso, de fato, uma total mobilização dos recursos humanos, comerciais, agrícolas, militares, naturais e tecnológicos, particularmente do Brasil e do Paraguai, de modo a anular a capacidade de retaliação do adversário, evidenciando assim que características de uma “guerra total” já puderam ser percebidas nesse grande conflito bélico, que envolveu os países da região. 🌐

Referências

Fontes primárias

CAXIAS, Duque de – Luís Alves de Lima e Silva. *Campanha do Paraguai*. Diários do Exército em Operações. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Coleção Caxias.

Annaes do Senado do Império do Brasil. Segunda Seção em 1870 da 14ª Legislatura, de 1 a 31 de julho. Vol.II.

Lei nº 602, de 1850 – *Dá nova organização à Guarda Nacional do Império*. Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil.

Fontes secundárias (livros e revistas)

BORMANN, José Bernardino. **História da Guerra do Paraguai**. Curitiba: Imprensa Paranaense Editores Jesuino Lopes, 1897.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História Financeira Orçamentária do Império no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

CUNHA, Marco Antonio. **A Chama da Nacionalidade: Ecos da Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000.

DORATIOTO, Francisco F. M. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Caxias na Guerra do Paraguai. Os anos críticos de 1866 e 1867. **Da Cultura**. Rio de Janeiro: FUNCEB, Ano III, nº 5, 2003.

_____. Guerra e regeneração: três estudos sobre o Paraguai. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 2, 2005.

FRAGOSO, Augusto Tasso - **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. 5v., Bibliex, Rio de Janeiro, 1950.

IZECKSOHN, Vitor. **O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997.

POMER, León. **Historias de Gauchos y Gauchisoldados**. Buenos Ayres: Libros de Indoamerica, Colihue, 2007.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

THOMPSON, George. **Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1968, p. 140.

² CUNHA, Marco Antonio. *A Chama da Nacionalidade – Ecos da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000, pp. 21-22.

³ Lei nº 602, de 1850 – *Dá nova organização à Guarda Nacional do Império*. Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-602-1850-559843-publicacaooriginal-82255-pl.html>.

⁴ IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997, p. 81.

⁵ **Rebelião Farroupilha ou Guerra dos Farrapos**: Entre as revoltas que ocorreram durante o Período Regencial do Império, foi a mais longa. A rebelião contra o poder central levou as províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina a proclamar duas repúblicas independentes do governo imperial. A origem do conflito estava na insatisfação dos proprietários rurais gaúchos, que administravam a produção de charque (carne-seca), gado e couro e foram obrigados a pagar um imposto de 25% sobre essas mercadorias. Por outro lado, as mesmas mercadorias que eram produzidas na Argentina e no Uruguai pagavam uma taxa de impostos muito menor, de 4%.

⁶ BORMANN, José Bernardino. *História da Guerra do Paraguai*. Curitiba: Imprensa Paranaense Editores Jesuino Lopes, 1897, I vol., p.83.

⁷ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980. p. 72.

⁸ POMER, León. *Historias de gauchos y gauchisoldados*. Buenos Aires: Libros de Indoamerica, Colihue, 2007, p. 52.

⁹ Pampa, Pampas, Campos do Sul, Campos Sulinos e Campanha Gaúcha são termos que se referem à região pastoril de planícies com coxilhas localizada no sul da América do Sul. Abrange a metade meridional do estado brasileiro do Rio Grande do Sul (ocupando cerca de 63% do território do estado), o Uruguai e as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Córdoba, Entre Ríos e Corrientes.

¹⁰ **Guerra limitada**: Campanhas rápidas visam atingir objetivo político ou econômico com o menor desgaste possível. Seria uma modalidade específica de guerra, limitada no tempo e no espaço, com objetivos pontuais claros e bem definidos, geralmente envolvendo um cálculo razoável da relação custo-benefício da escalada do conflito, bastante comum nos séc XVIII e XIX.

¹¹ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 124.

¹² THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968, p. 54.

¹³ DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 243.

¹⁴ *Annaes* do Senado do Império do Brasil. Segunda Seção em 1870 da 14ª Legislatura, de 1 a 31 de julho. Vol.II, p. 37.

¹⁵ IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997, pp. 24-25.

¹⁶ *Revista Da Cultura*, Ano III, nº 5, p. 14.

¹⁷ DORATIOTO, Francisco. *Caxias na Guerra do Paraguai. Os anos críticos de 1866 e 1867*. In: *Da Cultura* (revista), Ano III, nº 5.

¹⁸ Caxias. Duque de – Luís Alves de Lima e Silva. *Campanha do Paraguai*. Diários do Exército em Operações. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Coleção Caxias.

¹⁹ SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. São Paulo: Paz e Terra, SP, 1990, p. 94.

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Praça Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440



Fundação
Habitacional
do Exército



Associação
de Poupança
e Empréstimo

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Teletendimento ao Cliente 0800 61 3040 Ouvidoria 0800 647 8877 Central de Teletendimento aos Surdos 0800 646 4747

FINANCIAMENTO PARA
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

POUPEX

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.

JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444

WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG

Escola Sul-Americana de Defesa, identidade cultural e bolivarianismo

Assimetrias na integração dos estudos de defesa

Rodrigo Pereira Pinto*

Introdução

Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE) foi criada em 17 de abril de 2015 para a “elaboração de políticas de defesa e, também, a capacitação de civis e militares nos assuntos de defesa e segurança regionais” (PEREIRA, 2015). A Escola foi fundada em Quito, no Equador.

Fatores dos mais diversos acabaram configurando o subcontinente Sul-Americano como um dos mais estáveis em termos de defesa, criando um ambiente praticamente livre de anacronismo e divergências que impossibilitem a cooperação e integração no âmbito da segurança e defesa regional.

As fronteiras entre as nações da América do Sul estão praticamente consolidadas, sendo espaços que favoreceriam a integração regional, não fosse a existência de diversas assimetrias, que podem constituir obstáculos ao estudo integrado dos assuntos de segurança e defesa. Neste trabalho serão destacadas as assimetrias culturais, que têm origem nas identidades existentes no ambiente sul-americano.

As diferentes origens, a grande diversidade cultural e divergentes identidades

em presença são causas de antagonismos que podem constituir obstáculos para que a ESUDE atinja os objetivos propostos no momento de sua criação.

A ESUDE

A Escola Sul-Americana de Defesa foi criada a partir do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e do Centro de Estudos Estratégicos (CEE). A Escola surgiu da intenção de compartilhar concepções de defesa e facilitar o conhecimento acerca da Base Industrial de Defesa (BID) dos países membros.

A Escola Sul-Americana de Defesa, com sua inauguração ocorrida em Quito, no Equador, irá agregar conhecimento e qualidade às pesquisas elaboradas pelo Centro de Estudos Estratégicos (criado em 2011 pelo CDS), pois seu principal objetivo é a formação de equipes especializadas em Defesa e Segurança Regional, tanto de civis quanto militares, com ligação às forças armadas dos países sul-americanos. (VIEIRA, H. et al., 2015)

Mais do que pensar concepções estratégicas nos campos da segurança e da defesa (papel que cabe ao Centro de Estudos Estra-

* Maj Inf (AMAN/00, EsAO/09). Atualmente, é aluno da ECEME. (rodipinto@hotmail.com)